



GT03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos – Trabalho 1076

POR ENTRE RIOS E FLORESTAS: A HISTÓRIA DE UM INTELLECTUAL ORGÂNICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM DEFESA DA EDUCAÇÃO NA ILHA DE MARAJÓ, PARÁ

Maria do Socorro da Silva Guimarães – UFPA

Sônia Maria da Silva Araújo – UFPA

Agência Financiadora: CAPES

Resumo

Este trabalho tem como objeto de investigação a relação entre a história de um intelectual orgânico do Estado do Pará, Ilha de Marajó, microrregião de Portel, município de Gurupá, e a luta em defesa do acesso à educação. Tem-se como objetivo descrever a história de vida desse intelectual, Manoel do Carmo, em meio a acontecimentos mais gerais que resultaram, dentre outros feitos, na criação da Casa Familiar Rural de Gurupá e sua proposta de educação para os(as) jovens da região. Teoricamente, o estudo se pauta, na História Vista de Baixo, de Thompson, e na concepção de intelectual orgânico de Gramsci. Metodologicamente, trabalhou-se com a História Oral de Vida e História Oral temática. Os resultados demonstram que a história de vida de Manoel do Carmo está indelévelmente articulada aos movimentos social e sindical dos trabalhadores do campo do município de Gurupá e que a estrutura social de Gurupá, com suas instituições econômicas e políticas, conformada a partir do fim da Ditadura Militar, não pode ser pensada sem a importante atuação de Manoel do Carmo. Ele é protagonista, em particular, da organização escolar e oportunidades educacionais dos jovens do campo de Gurupá.

Palavras-chave: Intelectual Orgânico, Movimentos Sociais, Educação.

1. Introdução

Trata esta pesquisa da análise da vida de Manoel do Carmo, considerado por nós um intelectual orgânico, conforme define Gramsci (2001), por possuir uma história de luta no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e por ser protagonista, em particular, da luta por oportunidades educacionais a jovens do campo de Gurupá, que resultou no Centro de Formação da Casa Familiar Rural (CFR) do referido município. Há 16 anos o Centro trabalha com a formação sócio-política e técnica desses jovens, a partir da Pedagogia da Alternância.

As bases teóricas que fundamentam a análise estão pautadas na Nova História e História Vista de Baixo, que valorizam a história de pessoas comuns como um processo contra-hegemônico à história convencionalmente valorizada.

A experiência histórica de pessoas comuns contou com a grande contribuição de Edward Thompson, quando no ano de 1966 escreveu o artigo “The history from below” (A história vista de baixo), que virou um conceito para muitos historiadores. A história vista de baixo a partir de então se tornou objeto de diversos ensaios e livros: “novas áreas de pesquisas surgiram e as experiências históricas de homens e mulheres, antes ignoradas, passaram a ser contadas” (SHARPE, 2011, p.41).

Edward Thompson (1987) entendia que a classe operária podia ser o sujeito de uma formação social e cultural, sendo protagonista de sua própria história. Ele afirma: “Estou convencido de que não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgido de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico” (THOMPSON, 1987, p. 12).

E como capturar essas histórias? Uma possibilidade é via história oral, que no contexto da nova história e história vista de baixo passa a ser bastante usada pelos historiadores que tentam estudar as experiências das pessoas comuns, valorizando suas memórias individuais e coletivas.

Segundo Alberti (2006, p.157) a partir da década de 1960 a História oral ficou conhecida como “a fase da História oral “militante”, praticada por pesquisadores que identificavam na nova metodologia uma solução para “dar voz” às minorias e possibilitar a existência de uma História ‘vista de baixo’”.

Meihy (2007, p. 17) define a história oral como sendo “um recuso moderno usado para a elaboração de registros, documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos”.

A história oral temática investiga um assunto específico, de caráter mais individual, e pode ser um recorte da experiência de vida do sujeito: “A historia oral temática aborda questões externas, objetivas, factuais, temáticas, enfim, contrasta com historia oral de vida que cuida mais livremente de impressões, subjetividades”. (MEIHY, 1994, p. 57). Trata-se de uma vertente de caráter social e sua investigação quase sempre tem por objetivo gerar documentos. Permite também no processo de análise das entrevistas a utilização de documentos que comprovem a originalidade de alguns fatos.

2. A FAMÍLIA

Manoel do Carmo nasceu no município de Gurupá, em 27 de outubro de 1955, no rio Moju, filho casula de Sebastião Rodrigues Pena e Olímpia Farinha de Jesus, já falecidos. Seus pais tiveram 9 filhos: Margarida (que faleceu ao nascer), Neuza, Maria da Conceição, Terezinha, Emília (já falecida), Lurdes (que faleceu aos 4 meses de vida), Nelcindo, Lindalva e Manoel do Carmo.

A família materna era de origem portuguesa, que veio para o Estado do Pará a convite das casas comerciais de Belém para trabalhar no ciclo da borracha. Aos 4 anos de idade, Olímpia, mãe de Manoel do Carmo, nascida em 1912 em Belém, fica órfã e passa a morar com parentes mais próximos, seus tios José Lourenço e Emília, patrões que residiam no rio Moju, ilha grande de Gurupá. Os demais membros da família moravam em Portugal.

Segundo Manoel do Carmo, seu avô, José Lourenço, “foi o maior comerciante, “dono” de terras, e patrão do rio Moju” (2016a, p. 2). Os patrões tinham características peculiares, instalavam-se em lugares estratégicos. Na região de Gurupá se instalavam nos principais rios para terem o controle da entrada e saída das embarcações, pessoas e produção.

As famílias nesse período possuíam propriedades muito extensas como o seu avô, que tinha sob seu controle uma média de 20 famílias. Manoel do Carmo relata que José Lourenço e, posteriormente, seu filho, Manoel Lourenço, tratavam todos os fregueses da mesma forma, independente de graus de parentesco. Todos os moradores da área que o patrão se dizia dono tinham que se submeter a certas regras da época, principalmente sobre a venda e compra exclusiva no barracão do patrão.

A família paterna era de origem gurupaense. Seu pai se chamava Sebastião, nasceu em 1908, de origem mestiça, que “conhecia todas as atividades extrativistas e agrícolas da época. Fazia de tudo para dar o sustento à família. Era um homem muito trabalhador e honesto em tudo que fazia” (2016a, p. 1).

A família de Sebastião e Olímpia era formada por muitas filhas e isto exigiu a intensificação do trabalho dos homens (que era minoria). Segundo Manoel do Carmo (2016b) a ilha grande de Gurupá, por ser área de várzea, exigia um trabalho pesado, mais voltado para o sexo masculino, como o corte e retirada da madeira em áreas alagadas. Por serem apenas do sexo masculino, 2 filhos (Nelcindo e Manoel do Carmo), estes tiveram que trabalhar muito para ajudar no sustento da família.

Importa ressaltar que Manoel do Carmo trabalhava 8 horas por dia porque não frequentou a escola quando criança, nem na adolescência. Ele aprendeu a ler e escrever com suas irmãs, faziam serões de estudos à noite, antes de irem dormir, à luz de lampião.

Manoel do Carmo trabalhou muito na infância e adolescência. O trabalho era intensivo na coleta de produtos da floresta,

Eu vendia o látex, a borracha, a pele da caça... a pele de animal, o óleo da andiroba, o artesanato que algumas famílias faziam...que mais? É... baunilha que é uma planta vegetal, muito cheirosa e dava dinheiro naquela época, pessoas colhiam a baunilha para vender; cipó, semente, tudo que se tirava na floresta, na terra e na água; tinha que vender para o patrão. E ele em troca desse produto fornecia querosene, farinha, açúcar, café, as mercadorias mínimas que as pessoas precisavam para sobreviver (MANOEL DO CARMO, 2016b, p. 4).

Todos os fregueses do rio Moju, assim como seu pai, Sebastião, deveriam comercializar a produção extraída da floresta para o patrão do rio Moju, José Lourenço, avô de Manoel do Carmo. Não podiam vender na cidade de Gurupá como ele enfatiza. “– Não podíamos vender fora, pois nós éramos fregueses do patrão e o interessante que o patrão era meu avô” (MANOEL DO CARMO, 2016b, p. 3).

O intenso trabalho que a família realizava era para terem vida mais confortável, para terem uma casa melhor. Manoel do Carmo lembra que quando tinha 5 ou 6 anos de idade, a única casa de madeira (com paredes e assoalho de madeira) do vilarejo era de sua família. As outras eram de palhas. Na foto podemos visualizar as características das casas do início do século XX nos rios de Gurupá. Casa pequena de um único cômodo, cobertura e paredes de palhas, assoalho de ripas da palmeira de paxiúba.

A apropriação dos bens de maior valor como barco se deu, segundo ele, em virtude de outro produto de exploração que se deu no Marajó, na segunda metade do século XX: a madeira. Como já foi mencionado, não foi só a borracha que foi extremamente explorada em Gurupá. Com o declínio econômico da borracha os padrões passaram a exercer o sistema de aviamento com a madeira e posteriormente com o palmito.

Houve um período na região Amazônia e no Marajó de exploração da madeira branca, chamada virola, destinada à exportação. Ele esclarece: “se proliferaram grandes quantidades de serrarias, de empresas madeireiras no município de Breves, no município de Portel e em outros municípios dessa região” (MANOEL DO CARMO, 2016b, p. 12).

A procura das fábricas por madeira era intensa, assim como a extração da madeira na floresta. A virola foi muito explorada por ser madeira leve e por boiar, o que facilitava o

seu transporte pelos rios. A exploração foi tanta que os patrões não davam conta de fiscalizar os fregueses na retirada da madeira e esses vendiam para outros compradores.

Muitas famílias aproveitaram esse período de exploração da madeira para melhorarem de condição de vida. Outro sistema de comercialização que contribuiu para isto foram os regatões, que realizavam comércios “que vinham de Igarapé Mirim, de Cameté, de Abaeté, aqui no Pará. Eles entravam trazendo mercadorias e comprando produtos” (MANOEL DO CARMO, 2016b, p. 3). José Lourenço nesse período já havia falecido, logo, Sebastião passou a comercializar os produtos também com os regatões à revelia do seu cunhado Manoel Lourenço, agora patrão. Isto é, mesmo com as mudanças, a subordinação ao patrão permanecia.

A vida de Manoel do Carmo até os 22 anos foi dedicada aos pais e ao trabalho, ao extrativismo, à extração da madeira e à pequena serraria que a família montou. Manoel do Carmo (2016b) afirma que ele e seu irmão não tinham muitos momentos de lazer, não gostavam de jogar bola e ir a festas. Afirma que enquanto os jovens estavam brincando e participando de festa, eles estavam trabalhando. Quando se divertiam, era com os amigos e primos no rio ou de bola na comunidade.

3. As CEBs e a Teologia da Libertação

Manoel do Carmo, a partir de 1970, com 15 anos de idade, testemunha o início do movimento promovido pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), difundidas pelo novo padre que chegara à cidade, padre Giulio, que inicia uma rotina de encontros e conscientização nas comunidades de Gurupá.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em Gurupá se instalam em 1972, com o Padre Giulio. As CEBs foram sendo formadas pelo padre para as celebrações de missas e demais cultos católicos. As celebrações abordavam a realidade sociocultural da comunidade, como o “desemprego, o preço das mercadorias, a falta de organização do povo, etc., porque a partir daí é que se justifica ter comunidade, pois se a comunidade só se reunir para rezar, ela está desligada do mundo então!” (MANOEL DO CARMO, 2016b, p. 21).

Um dos principais questionamentos promovidos pelas CEBs era sobre situação social que as famílias estavam vivenciando, principalmente sobre a relação patrão, freguês e terra. Reflexões sobre quem seriam os donos das terras passaram a pautar as preocupações nas CEBs. As pessoas passavam então a se atentar para as palavras do padre.

Com esse trabalho, a comunidade foi se conscientizando de sua condição social, da sua condição de fregueses do sistema de aviação.

A Teologia da Libertação foi se constituindo com os anseios das Comunidades Eclesiais de Base que, segundo Boff (1991, p. 20), “antes que houvesse os teólogos da libertação, havia a comunidade comprometida com a justiça social, o leigo engajado com o processo de conscientização e libertação nas periferias da cidade e no campo”.

As CEBs, por meio da Teologia da Libertação, reforçavam essas questões de não cruzar os braços frente aos problemas sociais. Defendiam que era preciso lutar pela libertação, que um irmão não poderia viver a custa do outro, que é possível viver de forma digna, onde todos tenham o mesmo direito. Essas questões foram se fortalecendo e criando a consciência crítica do povo gurupaense. Dava-se início à organização dos camponeses, organização social que iria se fortalecer na década 1980, quando a igreja passa a realizar encontros de lavradores, fazer cartilhas para estudos sobre os direitos de posse da terra. Foi a partir dessa prática da igreja católica que Manoel do Carmo se interessa em estudar nos Seminários de Santarém e Altamira.

4. Dos seminários ao partido político

Em 1978, aos 22 anos, Manoel do Carmo viaja para município de Altamira/PA para ingressar no Seminário São João Maria Vianney. Permaneceu no município por 4 anos. Morava em sistema de internato, porém, teria que estudar, pois era uma das condições para ser padre. Então, matriculou-se no Serviço Social da Indústria (SESI), na Escola de 1ª grau Mirtes de Oliveira Santos. Lá cursou o 1º grau e o primeiro ano do 2º grau.

Manoel do Carmo inicia o Ensino Fundamental, matriculando-se na 3ª etapa do ensino supletivo. Ao concluir a 3ª etapa com êxito, realiza um teste classificatório, sendo aprovado, não precisando cursar a 4ª etapa. É matriculado em 1979 na 5ª e 6ª séries do ensino fundamental. No ano posterior concluiu a 7ª e 8ª séries, portanto, concluiu o 1º grau em 3 anos, em 1980 recebe seu primeiro certificado escolar. Em 1981 inicia seu estudo no 2º grau (1ª ano do Básico). Seria seu último ano residindo e estudando em Altamira.

Com a conclusão do 1º ano do 2º grau mudou-se para o Estado de Amazonas, com o objetivo de estudar o 2º e 3º anos do 2º grau em apenas um ano. O estudo era através do telecurso, mas com aulas presenciais. A igreja pagava professores para ministrarem as aulas do telecurso para os seminaristas.

O Seminário de Santarém utilizava sua própria metodologia de ensino. Eram contratados professores que vinham de universidades de outras regiões do país para

ministrarem o curso de Filosofia e Teologia. As disciplinas eram por módulos que duravam 15 dias. Quanto terminava a disciplina os seminaristas teriam que passar uma semana vivenciando na prática a teoria estudada. Passavam essa semana nas comunidades, vivendo com as famílias, conhecendo movimentos sociais, associações e sindicatos.

Além da formação para padre, os seminários possibilitaram novas reflexões e aprendizagens, principalmente por estarem juntos às pessoas, a conviverem nas comunidades. Na semana que os seminaristas passavam com as famílias eles se tornavam um membro daquela família porque vivenciavam a mesma rotina e ajudar no cotidiano.

Assim era a dinâmica e o propósito do seminário: fazer com que os seminaristas vivenciassem novas experiências, novas culturas e novas rotinas. Se ficasse em uma casa na cidade, ele ajudava nas tarefas da casa, nos trabalhos domésticos. Se a família tinha estabelecimento comercial teriam que ajudar. Quando a família morava na área rural, colaborava-se com a rotina da roça. Todos participavam da rotina social das famílias, das celebrações religiosas das comunidades, das reuniões das comunidades e das reuniões dos sindicatos. Retornado ao seminário, os alunos tinham uma semana para sistematizar em forma de relatório analítico a teoria estudada e sua relação com a experiência vivida na comunidade. Era exigido que se escrevesse entre 20 a 30 laudas sobre a relação teoria-prática, que se utilizassem as regras gramaticais. O relatório era entregue e se iniciava outro módulo de 15 dias. Posteriormente, retornava-se à comunidade. Essa era a dinâmica do curso.

Como o seminário estava formando futuros padres para trabalhar na Amazônia, o seminário destinava os seminaristas para comunidades de municípios característicos da Amazônia, não permaneciam apenas em Santarém, iam também para municípios como: Óbidos, Alenquer, Monte Alegre e Juruti. A experiência proporcionou aos seminaristas conhecer realidades diferentes, pessoas diferentes, anseios e desejos do povo amazônico.

A dinâmica metodológica do seminário, os princípios da Teologia da Libertação e principalmente as vivências nas diferentes comunidades fizeram com que novas reflexões despertassem em Manoel do Carmo, pois este participava de diferentes situações sociais, políticas e econômicas da Amazônia.

A práxis vivenciada, assim como as questões sociais experimentadas no Brasil, fez com que os seminaristas se envolvessem ainda mais com as questões em pauta, se envolviam com os movimentos sociais. Manoel do Carmo (2016b) expõe que nesse período existiam em Santarém movimentos sociais expressivos, principalmente os movimentos potencializados pelo sindicato dos trabalhadores rurais. Participar desse

sindicato foi muito importante para o Manoel do Carmo, que vai se valer dessa experiência na luta sindical de Gurupá, anos posteriores.

Na época da exploração da virola os fregueses começam a desobedecer aos patrões e comercializar a madeira com outros compradores. Juntamente a isto, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) começa a fiscalização da compra, venda e exportação dos produtos florestais e madeireiros. Estas duas ações, segundo Manoel do Carmo, provocam uma certa diminuição da exploração.

Descapitalizados, os patrões passaram a vender os açazais para indústria de palmitos em conserva. A extração começou a ser feita por peões das fábricas, a mando dos patrões. Tal prática despertou a revolta dos trabalhadores rurais, que viram sua segurança alimentar ameaçada, já que o açai é o produto básico de sua dieta. (DIAS, p, 21, 2006).

Com a intensificação da fiscalização pelo IBDF, houve diminuição da comercialização da produção da madeira, sendo esta substituída por outro produto, o palmito. Nesse momento, o movimento social camponês já estava organizado e consciente das questões ambientais, gerando assim o “empate”, uma das primeiras ações coletivas de articulação política dos camponeses.

Os patrões, percebendo a resistência dos fregueses, contratam pessoas de outros municípios para realização da extração do palmito. Os municípios de São Sebastião da Boa Vista e Curalinho já tinham experiência na retirada do palmito, uma vez que fábricas de palmito se espalhavam por todo o Marajó.

Esses trabalhadores, mandados pelos patrões, invadiam as terras dos fregueses para a extração do palmito. Com a invasão das terras, os trabalhadores organizados iam até a posse e ‘empatavam’ o trabalho dos cortadores de açazais e os expulsavam da propriedade.

O empate era uma tentativa de embargar a exploração do palmito naquele município. O empate aconteceu em muitos rios de Gurupá e sua dinâmica segundo Manoel do Carmo (2016b) se dava da seguinte forma: 15 a 20 pessoas da comunidade que estavam com suas terras sendo invadidas se reuniam e juntas, munidas de terçados, machados, espingardas, farinha e lanternas iam até os homens que estavam cortando os palmitos e comunicavam que eles não poderiam está cortando o palmito porque as terras tinham donos. Em caso de resistência por parte dos cortadores de palmito, os fregueses avisavam que iriam cortar e queimar suas embarcações e deixá-lo isolados na mata.

Com a organização do povo de Gurupá, os patrões iam perdendo sua autonomia e os movimentos sociais se fortaleciam, principalmente com a ajuda da paróquia de Santo Antônio de Gurupá, que passa a realizar, a partir desse período, encontros com camponeses, esclarecendo sobre seus direitos, sobre a importância da organização e de terem essa organização institucionalizada enquanto classe, para representá-los. Uma instituição deles e liderados por eles: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR).

Desse modo, foi criado em 1975 o STR de Gurupá, mas sua fundação ocorreu com o apoio do regime militar, pois foi instituído por lideranças simpatizantes do dito regime, pelos patrões e pelos prefeitos. O sindicato era reconhecido como parceiro, como colaborador do Estado. Para os sindicalistas críticos, formados pela Teologia da Libertação, era reconhecido como um sindicato de ‘pelegos’.

Para Manoel do Carmo o sindicato não foi criado para esclarecer os camponeses sobre produção, direito a terra, enfim, voltado para os interesses dos trabalhadores, mas, simplesmente, para o Estado ter poder, controle sobre os trabalhadores. Segundo ele, por este motivo a igreja reforçava a formação de lideranças do campo, discutindo, principalmente, a questão da posse da terra, a organização do povo e a necessidade de uma entidade que verdadeiramente representasse os interesses dos trabalhadores, que lutasse por eles, isto é, um STR coordenado por trabalhadores rurais independentes, desvinculados do Estado.

A década de funcionamento do Sindicato, considerada por Manoel do Carmo como pelego, de 1975 a 1985, contou, portanto, com forte resistência da Teologia da Libertação, o que promoveu a conscientização dos mais oprimidos na região. Com lideranças formadas pela igreja, criou-se uma chapa de oposição sindical para concorrer à presidência do STR. Tal chapa concorreu a três eleições, sem sucesso.

Em 1987, após forte mobilização dos trabalhadores, o Sindicato muda de direção e os patrões de Gurupá deixam o município. A partir de então a comunidade assume a sede do sindicato como um espaço de luta e organização dos trabalhadores, passando a lá se reunir para discutir projetos para a comunidade que tinha como temáticas principais: terra, saúde e produção. Em 1989 o Sindicato faz um grande seminário para se discutir o tema “Trabalhadores rurais em busca de alternativas”.

Segundo Manoel do Carmo, o seminário foi de suma importância para se pensar nas conquistas do movimento social gurupaense: a nova direção do sindicato, a saída dos patrões das terras e a conquista das posses pelos antigos fregueses. Mas era preciso planejar e discutir o novo cenário social, e o seminário possibilitou esses esclarecimentos

ao povo camponês e a elaboração de projeto de intervenção produtiva, como o projeto “Bem Te Vi”.

Com a conquista do sindicato, o envolvimento de Manoel do Carmo com partidos políticos foi inevitável e ele se tornou vereador pelo município de Gurupá e responsável pela mobilização do STR em defesa da agricultura familiar rural e de um projeto de educação que lhe dê suporte. Assim, ajuda a fundar a CFR de Gurupá.

5. A CFR e o atendimento escolar

A Casa Familiar Rural de Gurupá foi inaugurada no dia 20 de março de 2000 e inicia suas atividades com a implantação de duas turmas, ambas atendendo alunos do Ensino Fundamental.

A CFR objetiva trabalhar de forma integral a formação humana, a formação escolar básica e a formação técnica, e de acordo com a realidade dos Jovens e de sua comunidade, seja ela terra firme ou várzea. Trata-se de uma educação escolar para a transformação social. Segundo Oliveira (2011, 135) “a, educação, nesta perspectiva dialética, está relacionada ao processo de reprodução-transformação social, adquirindo uma dimensão política, na qual a ideologia faz parte”.

A CFR é criada com o propósito de levar os jovens a refletirem sobre a realidade social que os cerca. A Casa seria um instrumento educacional e político do STR, e a educação trabalhada nela deveria atender aos projetos do STR e dos associados da ACFAG. Cada turma, cada aluno tem a responsabilidade, o compromisso de se comprometer com a CFR. O jovem da comunidade, aluno da CFR, são os sujeitos principais de todo o processo de formação.

A proposta metodológica da CFR é a Pedagogia da Alternância, que se pauta em dois tempos de estudo: o tempo escola e o tempo comunidade. No tempo escola o jovem estuda uma semana na CFR em regime de internato e no tempo comunidade ele passa duas semanas em sua propriedade, onde ele leva os planos de estudo para serem pesquisados para a próxima semana de alternância. A Pedagogia da Alternância, além de viabilizar os dois tempos de estudo, preza principalmente pela formação humana, ética e política dos jovens.

Para a CFR funcionar na lógica da Pedagogia da Alternância, ela precisa implementar uma série de ferramentas metodológica, como: pesquisa participativa, plano de formação, plano de estudo, colocação em comum, fichas pedagógicas, caderno de alternância, caderno da realidade, unidades de estudo e produção, visitas de estudos,

visitas às propriedades por parte dos monitores, avaliações, auto avaliação a cada semana de alternância, elaboração do projeto profissional de vida. Muitos desses pontos são mediados pelo tema gerador da semana de Alternância.

A pesquisa participativa é o primeiro passo para se iniciar uma nova turma na CFR. É nesse momento que membros do conselho administrativo, juntamente com a equipe pedagógica, agendam visitas nas comunidades para apresentarem o projeto CFR. É feito um levantamento da realidade social e econômica da comunidade, para que se possam estruturar os temas geradores que irão ser aprovados em assembleias da ACFAG pelas famílias.

Manoel do Carmo sempre está presente, contribui com as pesquisas participativas. Ele é responsável pela animação, motivação dos futuros jovens a ingressos na CFR, que metodologicamente trabalha com temas geradores.

Todos os temas geradores são organizados em eixos norteadores que fazem parte do plano de formação da CFR, que serão trabalhados a cada semana de alternância. Cada tema gerador é iniciado através do plano de estudo (PE), momento em que os alunos são estimulados a pesquisar, a realizarem um plano de investigação a ser levado a sua comunidade. Por duas semanas eles realizam pesquisa e fazem anotações. Essas anotações e observações são debatidas na semana de estudo na CFR. Na semana de alternância na CFR a pesquisa é socializada na dinâmica denominada de colocação em comum. Todos os alunos socializam seu PE, suas pesquisas empíricas, que são confrontadas com o conteúdo científico no decorrer da semana.

A equipe de monitores responsável pela semana de alternância fica com o compromisso de elaborar a ficha pedagógica a ser trabalhada na semana de alternância, um trabalho que envolve pesquisa de forma interdisciplinar o conteúdo curricular exigido pela LDB 9394/96 e os conteúdos técnicos necessários para o desenvolvimento econômico e humano do município.

O aluno tem a incumbência de registrar suas atividades relevantes no caderno da realidade, uma espécie de diário. Há também o caderno de alternância, utilizado pelo monitor da semana de alternância, e o do aluno, que é um instrumento de comunicação do tempo escola e do tempo comunidade.

As avaliações são periódicas e formativas, e a cada semana de alternância a turma realiza autoavaliação, que envolve o tema estudado, a convivência, os pontos positivos e negativos da semana de alternância.

No último ano do curso o aluno elabora o seu Projeto Profissional de Vida (PPV), que tem como objetivo fazer com que o jovem elabore um projeto viável para ser implementado em sua propriedade, e de acordo com a sua realidade. Espera-se que eles consigam articular e aplicar os conhecimentos científicos, técnicos, de gestão e empreendimento em sua propriedade.

No Ensino Médio os primeiros trabalhos do PPV iniciaram em 2010, onde 122 jovens apresentaram seus PPVs para a comunidade, membros do STTR e EMATER. Manoel do Carmo esteve presente como avaliador dos trabalhos e como animador da assembleia realizada no auditório da CFR.

Manoel do Carmo foi fundamental para a implementação e formação dos instrumentos de formação para os jovens e equipe pedagógica, pois durante 16 anos fez questão de estar a frente das propostas educativas e políticas da CFR. A entidade formou 15 turmas, 5 turmas do ensino Fundamental e 10 turmas do Ensino Médio Integrado de Técnico em Agroecologia.

Nos três primeiros anos a CFR inicia com o Ensino Fundamental e nos anos seguintes, a partir da avaliações das famílias e das necessidades de atendimento aos jovens, se expande para o Ensino Médio.

Na tabela abaixo é possível constatar o número de alunos matriculados e concluintes no Ensino Fundamental, por turma e ano de ingresso. As duas primeiras turmas, de 2000, iniciaram com a inauguração da CFR de Gurupá.

Ensino Fundamental	Ano de ingresso das turmas	Nº alunos matriculados	Nº de alunos concluintes
1ª Turma	2000	30	24
2ª Turma	2000	31	26
3ª Turma	2002	31	27
4ª Turma	2005	28	19
5ª Turma	2008	31	21
Total		151	117

A maioria dos alunos que fez o Ensino Fundamental na CFR retornou para a realização do Ensino Médio. As famílias vêm demonstrando satisfação com o modelo de ensino da CFR, especialmente porque é voltado para as necessidades das famílias e da economia das famílias e da região.

Na 2ª Assembleia Geral da ACFAG, em 2000, Manoel do Carmo é eleito Presidente da ACFAG. O próprio Manoel do Carmo (LIVRO DE ATA DAS

ASSEMBLEIAS GERAIS DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, 1998) manifesta a sua satisfação com este trabalho, pois entende que a CFR apresenta uma mudança gratificante na vida das famílias, dos jovens alunos e que está contribuindo com as comunidades.

Nos dois primeiros anos de avaliação os responsáveis pela CFR, como Manoel do Carmo, destacam que ela está promovendo uma formação diferenciada aos jovens. No ano de 2005 os conselheiros iniciaram a discussão sobre a possibilidade da implantação do Ensino Médio profissionalizante na CFR e iniciaram o debate sobre a legalidade do ensino ofertado pela CFR perante o Conselho Estadual de Educação (CEE), centrado na formação de Técnico em Agroecologia.

A escolha da formação técnica em agroecologia foi feita com base na assertiva de que “a agroecologia fornece as bases científicas, metodológicas e técnicas para uma nova revolução agrária”. (ALTIERI, 2012, p 15). Como Gurupá tem como atividade econômica o extrativismo, a agricultura familiar e a pesca, tornava-se necessária uma formação que fortalecesse (e ao mesmo tempo trouxesse) inovação para esses sistemas produtivos, visando sua sustentabilidade e a melhoria de vida das famílias do campo.

A partir da formação técnica em Agroecologia os estudantes passaram a desenvolver suas atividades produtivas de forma sustentável, sempre considerando múltiplos aspectos como sociais, econômicos, culturais, ambientais e de gênero. Isso provocou no município o início de um novo ciclo produtivo em que o respeito e a integração com a natureza guiam as práticas produtivas. Vale ressaltar a importância que a educação tem para a transformação da realidade das comunidades, pois ela é estratégica para se chegar ao desenvolvimento sustentável.

Com a formação técnica da CFR os estudantes passaram a desenvolver em suas propriedades várias atividades, muitas delas já realizadas pela família, porém, agora, utilizando práticas agroecológicas, o que aumentou a qualidade autossustentável do município. Práticas inovadoras também foram instaladas como: manejo de açaizais nativos; sistemas agroflorestais; produção de feijão, mandioca e milho; criação de bubalinos, aves, peixes e suínos; apicultura; além de pequenas agroindústrias familiares.

Toda a economia gerada por essas atividades trouxe para os agricultores, pescadores e extrativistas do município uma possibilidade digna de permanecer no campo. O êxodo rural foi diminuído drasticamente e os recursos naturais passaram a ser geridos de forma sustentável pelas famílias e comunidades. Também alguns técnicos formados pela CFR passaram a prestar assistência técnica em Gurupá e outros municípios da região, aumentando ainda mais os efeitos positivos da formação técnica ofertada pela CFR.

Os integrantes da CFR também avaliam que os objetivos estão sendo alcançados, que os jovens alunos apresentam visão mais crítica, que as famílias se fortaleceram economicamente, que houve um aumento da autoestima positiva de homens e mulheres. Os jovens se tornaram mais conscientes do seu papel no campo e na sociedade.

A CFR de Gurupá tornou-se uma referência por ter conseguido alcançar os objetivos abaixo listados:

1. Fixação do jovem no campo,
2. Famílias com maior produção de renda sem devastar,
3. Formar lideranças com capacidade técnica e de expressão.
4. Desenvolver uma nova atividade econômica, criação de peixe em cativeiro,
5. Descoberta do potencial econômico, transparente e ecologicamente sustentável,
6. Descoberta de gestão e de empreendimento familiar.
7. Maior ousadia no trabalho no campo,
8. Novo jeito de pensar e agir,
9. Educação contextualizada para o desenvolvimento sustentável,
10. Mudança de mentalidade,
11. Uma nova educação adequada à realidade de Gurupá,
12. Jovens coordenadores de projetos familiares,
13. Maior conscientização das famílias nas comunidades,
14. Jovens mais responsáveis. (LIVRO DE ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS DA ASSOCIAÇÃO DA CFR, 1998, p. 13).

Manoel do Carmo avalia o projeto de forma muito positiva. Para ele trata-se de um dos maiores projetos do STR.

A ideia de melhoria da qualidade de vida no campo a partir dos membros da família, tanto o jovem incluído no processo produtivo de geração e gestão de renda, assim com a sua participação cidadã na sociedade, passou a ser uma causa de muita gente, essa consciência vinda a partir da valorização do saber popular (empírico) e do saber técnico científico, levando em conta a realidade sócio econômico e cultural no nosso lugar, provavelmente conteve o êxodo rural e elevou a alta estima de muitos jovens e sua família em permanecer no campo, ser camponês, agricultor, extrativista, quilombola, trabalhador rural. Esse era o principal objetivo da CFR. Agora novos desafios se apresentam. (MANOEL DO CARMO, 2016b p. 22).

Os jovens de Gurupá, através da educação recebida pela CFR, demonstram estar conseguindo transformar a sua realidade. Eles estão vivenciando a dimensão educativa proposta por Gramsci, que “não vê na educação apenas um papel de reprodução, a educação apresenta, também, numa perspectiva dialética, um potencial contra ideológico” (OLIVEIRA, 2011, p 135).

Considerações finais

Do ponto de vista epistemológico a opção pela História Vista de Baixo, a História Oral e o conceito de intelectual orgânico de Gramsci se colocaram como fundamental para o modo como a temática “movimentos sociais na Amazônia” foi tecida nesta pesquisa. Trata-se de uma estratégia que conta a história da região a partir da história de luta e conquista de um homem comum: Manoel do Carmo. Metaforicamente, pode-se dizer que ele é fio a partir do qual o tecido deste estudo é trançado. A voz de Manoel do Carmo, com suas contradições e bases ideológicas, oportunizou-nos o (re) conhecimento de uma história nacional contada sob um ‘outro’ ângulo, sob o ângulo dos que estiveram silenciados. Ao tecer essa história, conceitos produzidos pelos próprios sujeitos ocultos da história oficial foram sendo compreendidos. Dentre estes conceitos destacamos: patrão, freguês e empate. Ou seja, a história da luta pela educação em Gurupá revelou-nos uma gramática que se construiu no contexto dos oprimidos entre os séculos XIX e XX.

A história de Manoel do Carmo mostrou-se para nós como inspiradora. Ela, essa história, revelou-nos, dentre outras coisas, o poder da organização e da capacidade de cada sujeito organizado de promover a transformação em direção à construção de um mundo mais humano. Com a história de vida de Manoel do Carmo aprendemos que cada um de nós pode se tornar um intelectual orgânico na medida em que, por meio da consciência crítica de classe, nos transformemos a nós próprios e transformemos o grupo ao qual pertencemos em direção à justiça social. A contra hegemonia está ao alcance de todos, mas requer organização de classe, estratégias de luta, como demonstrou a história de Manoel do Carmo. Na condição de filósofo, Manoel do Carmo, conforme descreve Gramsci, ajudou a promover a consciência de classe entre os oprimidos de Gurupá e ao fazer isto também corroborou a sua autoestima positiva e a sua capacidade de mudar a própria realidade.

A organização do homem comum de Gurupá em entidades de classe demonstrou que a conquista pela educação escolar, materializada em políticas públicas, num país colonizado, que aprendeu a explorar, nem sempre (diríamos, quase sempre) não é uma dádiva do estado ou uma benesse de um partido político no poder, mas o resultado da racionalização da luta da classe trabalhadora organizada.

Em particular, constatamos que a história de Manoel do Carmo, membro do STTR, que foi presidente do STR e vereador na cidade de Gurupá, é marcada pela luta em favor dos oprimidos. Sua experiência de exploração, inclusive vivida no contexto familiar, o

levará a lutar contra o sistema de aviação, por exemplo. Nos seminários de Altamira e Santarém ele é formado com base na Teologia da Libertação. Todas essas experiências, que assumem um alto grau de exterioridade ao se fazerem, ao serem provocadas por acontecimentos alheios ao próprio Manoel do Carmo, revelam o nível de autonomia (ainda que relativa) da existência humana. A história de vida de Manoel do Carmo demonstra-nos que a escolha, a liberdade de escolha é real, é concreta. As estruturas, ainda que fortes na determinação da realidade, não são intransponíveis. Ao contrário, Manoel do Carmo nos ensinou que é por conta delas, das estruturas, que temos que sair da condição de passivos e nos tornar sujeitos conscientes da história. Inclusive, constatamos que Manoel do Carmo transforma as adversidades, como o fechamento do Seminário de Santarém, em acontecimentos que o aproximam ainda mais da classe trabalhadora. Por meio das CEBs e do sindicato dos trabalhadores rurais ele parte para o diálogo com os oprimidos e assume a educação como estratégia de emancipação.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. História dentro da História. In: PINSKY, C. B (Org). **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo. Contexto, 2006.
- ALTIERE, M. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- BOFF, L. **E a Igreja se faz Povo: Eclesiogênese, a igreja que nasce da fé do povo**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- DIAS, A. **Instituto Internacional de Educação no Brasil**. Regularização Fundiária e Manejo Florestal Comunitário na Amazônia: sistematização de uma experiência inovadora em Gurupá. Brasília: IEB, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárceres**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MANOEL DO CARMO. Auto-manuscrito. Gurupá-PA, 2016^a. 26p.
- MANOEL DO CARMO. Entrevista. Gurupá-PA: pen drive (04h 34min e 06 seg.), 2016b. Transcrição em 56p
- MEIHY, J. C. S. B; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo. Contexto, 2007.
- OLIVEIRA, I. A. **Filosofia da Educação: reflexões e debates**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P. **A Escrita da História: novas perspectiva**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 2011.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operaria inglesa** (v.1), 4º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.